

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Hudson Andrey Correa da Costa¹

Naiara Holanda Lima da Costa²

RESUMO: O presente trabalho pretende refletir sobre a relação público x privado no enfrentamento da questão social, ou seja, na nova gestão social neoliberal do Estado na execução das políticas públicas e a inserção das organizações não governamentais nas ações de caráter público não estatal, dando ênfase ao contexto brasileiro. A pesquisa foi de cunho bibliográfica e documental de fontes secundárias. Como principal resultado a discussão aponta que as OSC's a partir da década de 1990, são reconhecidas legalmente no processo de reordenamento do Estado que repassa responsabilidades de execução das ações de políticas sociais para a sociedade civil, percebendo-se uma desresponsabilização do Estado na condução das políticas sociais, principalmente com o aumento vertiginoso dessas instituições e o repasse de recurso de transferência voluntárias para as OSC's por parte do governo federal.

Palavras chaves: Questão Social; Welfare Mix; Terceiro Setor.

ABSTRACT: The present work intends to reflect on the public x private relationship in facing the social issue, that is, in the new neoliberal social management of the State in the execution of public policies and the insertion of non-governmental organizations in non-state public actions, emphasizing the Brazilian context. The research was of a bibliographic and documentary nature using secondary sources. As a main result, the discussion points out that since the 1990s, CSOs have been legally recognized in the process of reordering the State, which passes on responsibilities for implementing social policy actions to civil society, realizing a lack of responsibility on the part of the State in conducting social policies, mainly with the dizzying increase in these institutions and the transfer of voluntary transfer resources to CSOs by the federal government.

Keywords: Social Issues; Welfare Mix; Third Sector.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito deste trabalho, discute-se a produção e a reprodução da questão social na sociedade capitalista, bem como as formas de enfrentamento por parte do Estado no contexto do pós guerra com o surgimento do Welfare State à crise capitalista de 1970 que fomenta o aparecimento do Welfare Mix, traz um novo modelo de proteção social em parceria com instituições não governamentais, que no Brasil, a partir da década de 1990, ao se institucionalizarem, se destacaram em grande número, na execução das políticas de proteção social no país.

O objetivo do trabalho é refletir sobre a questão social e suas formas de

enfrentamento trazendo um resgate histórico do seu surgimento e como se caracterizou no contexto brasileiro, bem como as formas de enfrentamento à questão social no contexto neoliberal pelas chamadas organizações da sociedade civil.

¹ Assistente Social e docente do curso de Serviço Social da ESBAM, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade -UFAM; E-mail: hudsonandrey@yahoo.com.br.

² Assistente Social, docente e coordenadora do curso de Serviço Social EAD Fametro. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade pela UFAM. E-mail: naiaraholanda1@gmail.com

2. DEBATE SOBRE QUESTÃO SOCIAL E SUA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Adentrar na discussão teórica sobre questão social e sua produção e reprodução social, remete-nos ao processo de intensificação das desigualdades sociais e das misérias advindas principalmente, na sociedade capitalista, cujo cenário de inquietação social fez a própria burguesia preocupar-se com tais situações de barbárie que o próprio sistema capitalista de forma contraditória criava. Castel (1998) coloca que a situação de pauperismo que rondava as grandes cidades industriais na Europa, tomou proporção antes nunca vista e para tal fenômeno chamou-se de questão social, cujo enfrentamento no primeiro momento causou indignação e necessitava de respostas urgentes. A situação de pauperismo que se encontravam as cidades industriais, era tão grande que possibilitou, segundo o autor, uma real fissura da própria organização social da época, pois os trabalhadores empobrecidos poderiam revoltar-se pelas condições subumanas e ao mesmo tempo começavam a fomentar uma certa coesão por meio de seu único e preciso bem: o trabalho.

O trabalho, enquanto categoria central na organização da constituição da infraestrutura e superestrutura das sociedades é a mediação entre homem e natureza. É por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza para dar resposta às suas necessidades mais primárias, como também as outras necessidades que surgem. É pelo trabalho que o ser humano transforma-se e de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais tornam-se mais complexas.

Na sociedade capitalista, o trabalho é o bem mais precioso, pois é por meio dele que a riqueza social é produzida e o excedente da produção é apropriada. O trabalho se coisifica, transformando-se em mercadoria, cujo trabalhadores encontram-se alijados e alienados dos produtos de seu trabalho, tornando-se uma mercadoria de baixo valor. Segundo Marx (2002) apud Nogueira e Pfeiffer (2003 P. 02).

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Nesse processo de exploração da força de trabalho dos proletariados para obtenção da riqueza socialmente produzida, contraditoriamente produz-se também as

precárias condições de vida e de misérias para a classe trabalhadora. É nesse processo inerente do modo de produção capitalista, na relação capital e trabalho a partir do processo produtivo, juntamente com a luta de classe e os interesses antagônicos entre eles é que surge a questão social. É a partir de tal concepção, que a questão social se expressa de diversas formas, tendo a pobreza uma das mais diversas formas (Montaño, 2012).

A questão social se expressa na sociedade capitalista no modo de produção, onde a produção da riqueza social é coletiva e a apropriação do excedente é individualizado, tirando dos trabalhadores o fruto do seu trabalho, transformando-se em produto e apropriado pelos donos dos meios de produção. Essa disparidade desigual no cerne do modo de produção se expressa sob diversas formas. É nesse cenário que a classe trabalhadora se organiza politicamente e por meio de lutas e reivindicações exigem o reconhecimento de seus direitos de cidadania por parte do bloco dominante e do Estado. (Iamamoto, 2001).

O Estado, segundo Ianni (1980), camufla seu caráter contraditório das lutas de classes, mostrando-se de forma imparcial para a sociedade desenvolvendo as políticas sociais de acordo com as forças políticas envolvidas e suas articulações, pode ter ganhos significativos para a ampliação da cidadania, bem como contraditoriamente pode enfraquecer os direitos sociais.

Portanto cada contexto do desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo, a questão social é enfrentada por diversas formas pelo Estado, que segundo Fleury,

A intervenção do Estado nas questões sociais, através das chamadas políticas sociais, tem como corolário e existência de uma relação de direito positivo que se estabelece entre o cidadão e o seu Estado. Ou seja, a intervenção estatal via políticas sociais, regulando e/ou propiciando condições de manutenção e reprodução de uma parcela da população, é considerada uma função intrínseca ao Estado Moderno, configurando padrões de direitos sociais próprios a cada nação (1999, p.11).

Dentro do debate sobre a função do Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social por meio das políticas sociais, a referida autora, traz uma densa discussão sobre os diversos tipos e concepções de Estado. Dentre essas concepções tem-se a discussão do Estado como instrumento, Estado como derivação, Estado como seletividade estrutural, Estado Ampliado, Estado com Relação e Estado Consensual (Fleury, 1999). A autora, a partir de Jessop (1982) e Therborn (1980), corrobora colocando que

Ao tomar estas determinações mais complexas, situadas ao nível da conjuntura mas em articulação com os constrangimentos estruturais, diferentes autores (Therborn,1980, Jessop, 1982) têm chamado atenção para aspectos cruciais na análise do exercício do poder político, relegados aos poucos trabalhados na maior parte dos autores marxistas (Fleury, 1999, p.42)

A partir das determinações elencada acima, de como o Estado atua no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social por meio das políticas sociais, dependendo das forças políticas se encontram no aparato estatal, as estratégias de intervenção na estrutura societária, principalmente na defesa e no desenvolvimento das forças produtivas e as diversas formas de mediação que se utiliza em cada contexto social, podem, nas diversas proposituras, numa perspectiva contraditória, fortalecer a cidadania e os direitos sociais, bem como contraditoriamente, fomentar o controle sobre os indivíduos sociais.

Sobre política social, Fleury (1999) aponta diversas posições e embates sobre tal conceito. Dentre as vertentes, tem-se a visão da política social como gestão estatal da reprodução da força de trabalho. Tal concepção direciona que a intervenção estatal desempenha o papel de reprodução da força de trabalho bem como a legitimação desse próprio sistema. Reprodução por normatizar e transformar todos os trabalhadores não assalariados em salarizados, fomentando todas as possibilidades de ampliação do capital e transformando o cidadão em mero consumidor a partir de uma política distributiva que favoreça o crescimento e desenvolvimento do capital.

Também no debate sobre concepção de política social, tem-se a visão de que ela se configura como estratégia de hegemonia, que segundo a autora,

A hegemonia como direção moral da sociedade, é construída então, no momento em que a classe dirigente alcança construir bloco histórico, articulando organicamente infraestrutura e superestrutura, estabelecendo um equilíbrio de compromissos que é a expressão da correção de forças existentes [...] Com relação aos interesses materiais das classes dominadas, eles serão incorporados na medida da capacidade de pressão das classes e setores subalternos, seja por meio de um processo organizado de transformação das necessidades sociais em demandas políticas, seja em situações de revolta popular e ameaças da ordem social na ausência de um movimento organizado e atuante. [...] Por outro lado, a inserção da políticas sociais como parte da estratégia hegemônica implica em tais medidas sejam capazes de organizar a direção e o domínio de classe, ao mesmo tempo em que desorganizam a articulação de um projeto alternativo (Fleury, 1999, p. 49-50).

A partir dessa perspectiva a hegemonia de uma classe por meio da política social, dar-se na incorporação de suas demandas, demandas essas que não

interferiram diretamente na produção e reprodução social do modo de produção capitalista, que por um lado, garante minimamente os direitos sociais, mas por outro, desarticula forças políticas da classe subalterna no embate com as classes dominantes.

Diante dos debates sobre o Estado e as políticas sociais discutidas por Fleury, fomentaram-se estratégias de enfrentamento à questão social, algumas na perspectiva mais punitivas e outras vezes enfrentou tal realidade com ações de caráter político, incorporando e cooptando demandas no intuito de desmobilizar e desarticular forças da classe dominada no enfrentamento que se articulavam politicamente e mesclando suas ações com instituições não governamentais na execução das políticas sociais.

2.1 WELFARE STATE À WELFARE MIX: O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Pereira (1998) explicita que o seu entendimento de política social está associado ao surgimento da questão social na sociedade capitalista, questão essa que se dá pela mercantilização das relações sociais e por sua exploração, apropriando-se da riqueza gerada pelo trabalho e contraditoriamente pela organização da classe trabalhadora na luta pelo reconhecimento como classe política e pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos.

Nesse movimento contraditório, nasce a política social moderna, mais tarde denominado de Welfare State, pois tornou-se um complexo político institucional que mobilizou todo o aparato estatal na execução de políticas de proteção social e na ampliação da cidadania. O marco do surgimento do Estado Social, que inaugura novas formas de combate à pobreza, no século XIX, se dá no surgimento do seguro social que se constitui numa segurança para as pessoas que perderam a renda causada pelas contingências sociais, na luta dos trabalhadores que ampliaram a noção de cidadania expandindo os direitos civis para os direitos políticos e o gasto público na área social, tendo um crescimento considerável nos investimentos públicos em políticas sociais (Pereira, 1998).

O surgimento do Welfare State se dá no crescimento político da classe operária que se articula em alianças com outras classes para o movimento de ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos trabalhistas, visto que, quanto maior a

articulação e pressão social que a classe trabalhadora gerava, maior a intervenção e investimento do Estado na garantia e implementação das políticas sociais de proteção social. O contexto que favoreceu essa maior articulação e força política dos trabalhadores tem suas características no quase pleno emprego que favoreceu os sindicatos, a segurança de renda dos trabalhadores apoiados em instrumentos de proteção social e a segurança do emprego e do trabalho. Portanto, o desenvolvimento do Welfare State foi uma construção histórica, permeada pelos interesses contraditórios e de pressões sociais das duas principais classes na sociedade capitalista. (Pereira, 1998).

O apogeu do Welfare State se dá na década de 40 a 70, período em que o Estado assume um papel regulador da economia e da vida social constituindo na principal fonte de provisão e financiamento do bem-estar social. Esses 30 anos de ouro na intervenção estatal na proteção social da população e na regulação do mercado, se deu principalmente como saída para a grande depressão de 1929 e respostas contra o fascismo e o comunismo, fruto de um pacto político entre as classes e os partidos políticos na constituição de um amplo sistema de bem-estar ancorados na ideia keynesiana de que o Estado deveria intervir e regular a economia, interferindo no desenvolvimento econômico, no consumo e no emprego e na ideia de Beveridge que preconizava um amplo sistema de proteção social que contemplaria serviços sociais de natureza distributiva.

O declínio do Welfare State se dá por dois conjuntos de fatores: a mudança da estrutura produtiva e organizacional do trabalho e a ofensiva ideológica da Nova Direita, ou o neoliberalismo. A primeira ocasionada pela mudança do modo de produção em massa para a flexível a partir das demandas do mercado e com novas bases organizacionais nas relações trabalhista, mudanças essas que ocasionaram o declínio da proteção social no Welfare State, pois a política de pleno emprego vai de encontro com a nova estratégia de produção tendo como base a microeletrônica e a robótica, bem como a alta rotatividade e instabilidade no emprego ocasionando perdas dos postos de trabalho, diminuição em número dos trabalhadores e consequentemente o enfraquecimento dos sindicatos.

O segundo fator é a ofensiva neoliberal contra o Welfare State, cujo ideólogos acusam que todas as mazelas sofridas pelo capitalismo até a década de 70 era culpa desse tipo de organização do Estado, defendendo a desregulamentação do mercado,

a diminuição do Estado, corte nos gastos públicos, o enfraquecimento dos sindicatos e principalmente a acusação que a política de proteção social fomentava o paternalismo e desestímulo ao trabalho.

Segundo Pereira (1998) o consenso em relação ao Welfare State de fato declinou pelos diversos fatores elencados acima, porém alguns governos não deixaram de manter um nível de proteção social para sua população em tempo de aumento do número de trabalhadores empobrecidos. O que se vê a partir da década de 70 é um novo modelo de proteção social baseado, não mais na exclusividade e responsabilidade do Estado, mas entra em cena novos atores sociais para a implementação e execução das políticas sociais, que são as organizações voluntárias, o comercial e o setor informal, representada pelo círculo de proteção primária que é a família e a comunidade.

Essa nova modalidade de proteção, conhecida como Welfare Pluralismo, ou o Estado de Bem- Estar Misto, ou Welfare Mix, vem se colocando como uma alternativa ao Welfare State. Os defensores do Welfare Mix, defendem o investimento e a função gerencial do Estado na Política pública, que amplie e fortaleça uma rede de proteção coletiva, cuja função seria de gerenciamento e a sociedade entraria com o recurso da solidariedade para os que sofrem com as contingências sociais. (Pereira, 1998)

Contudo, com essa nova forma de proteção social do Welfare Mix e com a ofensiva ideológica neoliberal da Nova Direita, o Estado se desresponsabiliza da execução direta das políticas públicas, delegando às instituições empresarias, por meio da responsabilidade social e das instituições voluntárias – mais tarde conhecida como o Terceiro Setor, o papel de executar os serviços sociais numa perspectiva pontual e assistencial. Porém, com o aumento considerável das múltiplas expressões da questão social e da pobreza, tem-se discutido, segundo Pereira (1998), sobre o Laissez-faire, numa perspectiva de um capitalismo regulado, ou seja, que o Estado volte a regular o mercado. Diante de tal cenário, o movimento sindical começa a se rearticular na luta pela defesa da produção nacional e dos empregos, bem como o papel importante dos novos movimentos sociais exigindo extensão e a multiplicação dos direitos sociais de cidadania.

Diante de tais mudanças engendradas na reorganização política e econômica do capitalismo, transformando as formas de enfrentamento das expressões da questão social e as formas de proteção à desproteção social na atualidade,

proporcionam transformações por parte do Estado na implementação das políticas sociais e suas mudanças organizacionais na perspectiva de gerenciamento das ações de caráter público pelas instituições privadas que se legitimam no cenário social frutos da lógica reformista e ideológico do neoliberalismo. Essas mudanças estruturais do capitalismo internacionalizado atinge o Brasil que não vivencia um Estado de Bem Estar social, mas traçou a partir de várias experiências, o enfrentamento da questão social ora na perspectiva repressiva, ora na perspectiva cooptativa e paternalista.

2.2 O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS

No Brasil, a questão social se intensifica a partir da década de 1930, década essa marcada pelo processo de industrialização e o crescimento da classe operária e o seu engajamento no cenário político. Contudo, Ianni (1991), sinaliza que a questão social estava posta no Brasil desde o tempo da escravidão, cujo acirramento e enfrentamento a essa situação se dá pela violência, ou seja, pela criminalização da questão social como caso de polícia. A forma de enfrentamento a partir do poder coercitivo do Estado liberal, reprimia toda e qualquer forma de reivindicação, resistência e articulação política.

O Estado liberal brasileiro fomentava todas as possibilidades de proteção e desenvolvimento da economia agroexportadora omitindo-se em relação às questões do trabalho (Freire, 2000) e no combate à pobreza, relegando tais ações para as ações filantrópicas de instituições religiosas.

Dos anos de 1930 à 1964, a questão social passou a ser encarada como caso de política. Porém tal concepção de política social que fora fomentada nesse contexto, levou em consideração o trabalho assalariado e a importância do Estado na ampliação e na legitimação da burguesia industrial e suas bases de reprodução social. A questão social a partir de 1930 estava posta no cenário brasileiro com os movimentos sindicais que reivindicavam respostas às precárias condições de trabalho e de vida pelo qual passavam, exigindo intervenção estatal.

A resposta do Estado brasileiro às reivindicações do movimento operário se deu na incorporação de suas principais demandas nas políticas sociais compensatórias, no intuito de desarticular a organização política da classe

trabalhadora bem como legitimar o primeiro governo da Nova República no poder, transformando assim, a questão social em problema de administração (Yazbek,2012).

Contudo, como aponta Yazbek (2012) o sistema protetivo brasileiro se dualiza a partir da década de 30: de um lado tem-se um sistema protetivo alicerçado na capacidade contributiva dos trabalhadores e de outro as ações benemerentes de instituições filantrópicas para os trabalhadores informais e empobrecidos. Enquanto para o trabalhador formal monta-se uma estrutura de proteção a partir de uma cidadania regulada, por outro, quem se encontra fora dessa concepção de cidadania a partir do trabalho, restava apenas o atendimento caritativo dessas instituições filantrópicas.

A partir do golpe militar de 1964 até 1985, em que os direitos civis e políticos são cerceados e o Estado ditatorial se instaura no Brasil, abre a possibilidade do crescimento econômico acentuado com investimento maciço de capital estrangeiro, tendo o papel de impulsionar a recomposição do poder burguês e a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Tal contexto acirra-se as expressões da questão social, intensificando a desigualdade social que é enfrentada a partir de ações repressivas e autoritárias (Yazbek,2012).

A década de 90 no Brasil, marca novas formas de enfrentamento à questão social não mais exclusivamente pela ação do Estado, mas principalmente no “reconhecimento” e na “parceria” entre o Estado e o Terceiro Setor, na execução de ações de combate à pobreza. Intensifica-se novas formas de parceria entre público-privado e a ofensiva neoliberal e ideológica de desqualificar o Estado no enfrentamento à questão social, repassando a responsabilidade desse papel para as instituições não governamentais.

A partir de então, inaugura-se essa nova modalidade de enfrentamento a questão social por meio de parcerias com as instituições da sociedade civil com repasses de verbas públicas e também por ações pontuais do Estado voltadas para os segmentos mais vulneráveis da sociedade como o idoso, deficiente e crianças, aliada a transferência monetária para as famílias pobres, o chamado Welfare Mix.

Com as transformações engendradas pelo capital na tentativa de superação das crises cíclicas e da baixa taxa de lucro, forçando uma reestruturação no modo de produção com o objetivo de aumentar os lucros e também de desarticular a força política dos trabalhadores quando implementa novas formas de administração e

gerenciamento da força de trabalho, intensifica sua ofensiva contra o Welfare State, colocando numa posição duvidosa quanto ao modelo de Estado, principalmente na falência do mesmo no enfrentamento à pobreza.

Esse ataque ao modelo de Estado de Bem-Estar Social e a forma de proteção social que implementava, foi sendo substituído por um novo modelo de proteção social que mesclava a atuação das instituições empresariais, o Estado e as instituições voluntárias.

Esse novo modelo de afiançar proteção social de forma seletiva, pontual e não universalizante se intensifica a partir da década de 70 nos principais países capitalistas e no Brasil a partir da década de 90. O Welfare Pluralismo ou Welfare Mix, é uma forma de privatização das políticas sociais preconizando e desmantelando direitos sociais garantidos até então, tendo no mercado a primazia da execução de serviços públicos que possam render lucros e nas instituições voluntárias ou o Terceiro Setor a responsabilidade de executar serviços que não se tem retorno lucrativo, assumindo respostas para o enfrentamento à questão social.

No Brasil, o avanço e implementação da ideologia e dos ajustes políticos, econômicos e sociais do neoliberalismo se intensifica a partir da década de 90. O país acabara de promulgar uma Constituição Federal de 1988 que garantia a primazia do Estado na execução das políticas públicas a partir da concepção de seguridade social, assegurando três principais políticas sociais: Assistência Social, Previdência e Saúde. Esse avanço quanto ao modelo de proteção social adotado pela CF 88 é desmantelada e passa-se adotar o novo modelo de proteção social misto ou o Welfare Mix, principalmente a partir de 1995 quando inicia uma reforma do Estado brasileiro à luz dos ajustes neoliberais mais conhecido como a cartilha do Consenso de Washington.

As instituições privadas são instituições juridicamente qualificadas como associações ou fundações que surgem voluntariamente sem a perspectiva do lucro, dedicadas ao enfrentamento da questão social a partir do seu projeto de ações humanitárias. Essas instituições ganham força política e social justamente a partir da década de 90 em que o Estado passa por um reordenamento, direcionando a essas organizações o novo padrão de proteção social a ser executados por elas no enfrentamento a pobreza de forma pontual, não universalizante e tendo o Estado como o gerenciador dessas instituições. Porém o que se sucedeu, a partir de 1995,

foi o repasse de verbas dos fundos públicos para essas instituições executarem suas ações privadas de política social e o Estado se eximindo de sua responsabilidade de garantidor da plena cidadania por meio das políticas públicas e o crescimento das dessas instituições, sem uma vigilância socioassistencial de suas ações que fortalecessem e garantissem os direitos sociais e a cobertura necessária para o enfrentamento da questão social.

Em 2014 foi aprovado a Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que traz uma nova forma de relação e parceria entre a sociedade civil e o Estado. Esse novo marco legal, estabelece que as instituições privadas, juridicamente passam a ser reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil-OSC, que é composta, segundo esse marco regulatório da Lei 13.019/2014, pela entidade privada sem fins lucrativos, sociedades cooperativas e instituições religiosas que desenvolve atividades e projeto de interesse público e de cunho social.

No Brasil, segundo o Ipea(2023) a partir do Mapa das organizações da Sociedade Civil, são 849.345 OSC's, sendo que 82,3% são Associações privadas, 3,2% fundações privadas, 14,4% Organização religiosa e 0,12% Organização Social. Das instituições privadas que atuam no processo “complementar” de políticas sociais, 32,2% desenvolvem atividades de defesa de direitos, 29,8% são entidades religiosas que desenvolvem atividades de cunho social, 5,4% realizam atividades na área de assistência social, 3,7% na área de educação e pesquisa, 1,2% na área da saúde e 0,1% desenvolvem atividades de meio ambiente. Quanto a transferência de recursos do governo federal para as OSC's no Brasil em 2023 chegamos as cifras de R\$ 11.293.463.117,82 reais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa reflexão sobre o enfrentamento da questão social tanto pelo Estado quanto pelas organizações não governamentais, apontam que essas instituições, a partir da década de 1990, são reconhecidas legalmente no processo de reordenamento do Estado que repassa responsabilidades de execução das ações de políticas sociais para a sociedade civil. Nesse sentido, percebe-se uma desresponsabilização do Estado na condução das políticas sociais acarretando a desproteção social e na primazia da garantia dos direitos sociais universais.

Essa nova gestão social neoliberal conduzida pelo grande capital na condução do Estado, aponta um redirecionamento dos recursos do Fundo Público para o capital fetiche financeiro, potencializando um Estado máximo para a expansão capitalista e um Estado mínimo para o financiamento das políticas sociais públicas, se utilizando da nova modalidade público x privado no enfrentamento às expressões da questão social na contemporaneidade.

Por fim, pensar essa relação, exige-se uma presença marcante de uma das funções da Política de Assistência Social que é o funcionamento da Vigilância Socioassistencial, que poderá indicar como as ações das OSC's estão impactando na cobertura da proteção social e como encontra-se a qualidade desses serviços.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Sônia. Estado sem cidadão: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 11-57

IAMAMOTO, Marilda V. A questão Social no capitalismo. Temporalis. Associação de Pesquisa em Serviço Social. Ano.2, n. 3 (jan/jul). Brasília, ABPESS, Grafine, 2001.

IANNI, O. Questão Social. Revista USP. São Paulo, set/out/nov, 1989, p. 145-154

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade [online], 2012 n.110

NOGUEIRA, Vera M. Ribeiro; PFEIFER, Mariana: O Papel do Estado e o Welfare Mix. Serviço Social em Revista. Universidade Estadual de Londrina. V. 5n 2- Jan/Jul. 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade civil. Ser Social e Serviço Social. Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social da UnB. N6. Jan/jun, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita, Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade [online].2012 n.110 p.288-322.